



# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

---

---

### **(DES)REGULAÇÃO ECONÓMICA E MODELO POLÍTICO**

---

CUNHA, Luís

Professor Auxiliar, Universidade do Minho – CRIA-UM, [lmcunha@ics.uminho.pt](mailto:lmcunha@ics.uminho.pt)

---



### Resumo

Nesta comunicação, proponho-me refletir a partir do cruzamento de duas linhas de análise. Situei a primeira delas na longa duração, procurando perceber de que forma as propostas políticas de transformação do mundo, expressas, por exemplo, nas sucessivas Internacionais, podem contribuir para o debate público. Por outro lado, procurarei delinear os traços fundamentais da experiência social e política contemporânea, na tentativa de dar conta das profundas transformações a que vimos assistindo e da dificuldade de encontrar alternativas consistentes, capazes de configurar um projeto mobilizador. Assentando no cruzamento destas duas dimensões, argumentarei que os processos multidimensionais de globalização vêm gerando um efeito duplo e contraditório. Por um lado, tanto através da concentração que produz em sistemas sensíveis, desde logo o financeiro, como através da unificação de sentidos sobre o mundo, gera um efeito de cerco que legitima a ideia de inevitabilidade do próprio processo. Porém, a esta aparente hegemonia ideológica e de ação prática contrapõe-se um outro efeito. O seu centro reside já não na oposição clássica entre direita e esquerda, pelo menos não como expressão direta de uma esquemática luta de classes. Sem que esta oposição tenha deixado de fazer sentido, ela deve hoje ser revista e recomposta com base nas profundas transformações no mundo do trabalho, bem como tendo em conta a emergência e afirmação de formas de participação cidadã que escapam a um estrito modelo de democracia representativa.

### Abstract

In this paper, I propose to reflect from the intersection of two lines of analysis. I situate the first one in the long term, seeking to understand how the world's transformation policy proposals, expressed, for example, in Communist International can contribute for the public debate. On the other hand, will try to outline the main features of the social experience and contemporary politics. So, I try to account for the profound changes that we have been witnessing and the difficulty of finding consistent alternatives, able to set up a mobilizing project. At the intersection of these two dimensions, argues that globalization multidimensional processes have generated a double and contradictory effect. First, due to the concentration that produces the financial system and the hegemony of a world view, legitimized the inevitability of the process. On the other hand, this apparent dominance ideology is opposed by another effect. The central issue is no longer the classic opposition between right and left, at least not as a direct expression of a schematic class struggle. Without this opposition has ceased to make sense, it should be now revised and recomposed based on profound changes in the working world. On the other hand, it must also take into account the emergence and affirmation of forms of citizen participation that escape to a strict model of representative democracy.

Palavras-chave: Globalização, hegemonia, direita/esquerda, participação cidadã.

Keywords: Globalization, hegemony, right / left, citizen participation

[COM0398]



## **(Des)regulação económica e modelo político**

Começo por me centrar no título que escolhi para esta comunicação para a partir dele dizer ao que venho e o que pretendo. Falar da relação entre regulação económica e modelo político exige, antes de mais, que nos entendamos acerca dos conceitos que convocamos. Assim, para este efeito, proponho que consideremos a *política* como um espaço mais ou menos convencionado de elaboração de consensos e de afirmação de dissensos acerca da *vida comum*. Neste sentido, quando falo aqui de *modelo político* estou a pensar num veículo estruturado e estruturador que articula práticas e representações, dessa forma definindo circuitos operativos que governam, justamente, essa *vida comum*. Por *regulação económica* podemos entender um índice, variável, naturalmente, que cruza o grau de *tolerância* face a definição externa da nossa ação, com a *confiança* no efeito positivo, isto é, gerador de maior equilíbrio social, da instância política que limita a intervenção individual e coletiva na esfera económica. Quanto à ideia de *vida comum*, ela reporta, como é evidente, à forma como nos segmentamos, ou seja, ao desenho complexo e multidimensional das interações sociais que constituem a matéria sobre a qual refletimos enquanto cientistas sociais. De qualquer forma, na medida em que esta reflexão se centra no vínculo político, o nível a que situo esta *vida comum* é o Estado-nação, já que este é ainda o espaço material e simbólico onde vigora um modelo político legitimado e onde se aplicam processos de regulação económica. Isto não obsta, bem entendido, ao reconhecimento de *fronteiras*, que nuns casos retalham o espaço nacional enquanto noutros se diluem criando espaços transnacionais.

Sendo este o cenário em que proponho que nos situemos, pretendo argumentar (1) que vimos assistindo desde há algumas décadas a uma mudança de paradigma relativamente àquilo a que podemos chamar *imaginação da vida comum*. Esta transformação de paradigma implica a prevalência de um modelo político específico que se vai tornando hegemónico. De uma forma simplificada, pode dizer-se que à prevalência de uma matriz social-democrata, hegemónica desde o segundo pós guerra (Judt, 2000. 55), sucedeu, a partir da década de 80, um modelo liberal que se foi tornando claramente dominante, alterando drasticamente aquilo a que chamei *imaginação da vida comum*; 2) a afirmação desse novo paradigma vem produzindo um duplo efeito: a) no plano político vem esvaziando contra-narrativas, absorvendo, na prática, movimentos políticos associados à social-democracia, deixando as franjas a uma esquerda que se tem revelado impotente na construção de um modelo alternativo; b) no plano do conhecimento científico tem prevalecido uma visão fortemente fragmentada da realidade social e política presente, associando a ausência de uma teoria integrada dos sistemas sociais a uma crescente hierarquia das áreas de conhecimento, nomeadamente no campo das ciências e humanas (Foucault, 1966; Orléan, 2005).

Relativamente ao primeiro destes aspetos, o que diz respeito à mudança no modo como hoje imaginamos a *vida comum*, procurarei cruzar dois eixos de análise. O primeiro assenta na longa duração, propondo uma *arqueologia* do debate político fundador da modernidade, sobretudo no que esse debate significou na construção de projetos *utópicos*, quer dizer, vinculados à imaginação de mundos alternativos. O segundo eixo de análise assentará na experiência política e social contemporânea, de forma a dar conta do modo como as propostas de um modelo político concreto se afirmaram de tal forma como *necessárias* ou *inevitáveis* que quaisquer propostas alternativas se viram reduzidas quase à insignificância.

Uma forma simples, ainda que imperfeita, de traçar a bissetriz entre direita e esquerda, é atribuir à primeira a vontade de permanência das condições sociais e económicas já existentes, quando não o regresso a um estádio que teria já desaparecido, do mesmo modo que as narrativas de esquerda se construíram com base numa ideia de transformação, isto é, na projeção de um modelo político, económico e social que não existe senão em potência (Araujo, 2006). Esta distinção, simultaneamente simples e simplista, parece menos adequada quando olhamos a realidade presente, sendo esse, de resto, um dos fatores que ajudam a explicar por que razão a fronteira direita/esquerda nos parece ser hoje demasiado difusa. Se por um lado, em nome do pragmatismo, entenda-se dos *mundos possíveis*, segmentos importantes da esquerda se afastam de qualquer

utopia, por outro lado, a direita a que se chama *neoliberal* parece menos empenhada em conservar o *status quo* do que em apontar para uma sociedade utópica (ou distópica).

Voltarei a esta ambiguidade tão definidora do momento presente, mas de momento gostaria de considerar, brevemente, alguns dos debates fundadores da esquerda política, procurando ver neles a *imaginação de uma vida comum* em ato, mas também, mais importante ainda, buscando nesse passado as linhas de força que nos ajudam a perceber o presente. Na segunda metade do século XIX, no seio da I Internacional e alimentada pela Comuna de Paris, encontramos uma primeira linha de fratura importante dentro dos movimentos de esquerda. De um lado, proudhonianos primeiro e bakunianos depois, imaginam uma sociedade futura em contraciclo com as dinâmicas históricas que a revolução industrial alimentava (Araujo, 2006: 41). Uma sociedade composta de pequenas comunidades desligadas de qualquer forma de Estado, sem quaisquer direitos de propriedade individual, vigorando, portanto, uma igualização das classes. Como já Karl Mannheim (1936: 210) assinala, esta visão anarquista assenta numa indeterminação histórica, ou seja, constitui uma utopia quiliástica, imaginando um tempo fora do tempo e uma sociedade que redime homem, isto é, o leva ao reencontro com a sua *natureza*, simultaneamente livre e integrada. Do outro lado, os marxistas partiam de um outro entendimento do homem no tempo (Fidalgo, 2008: 54). Do que se trataria, então, não era de contrariar o progresso mas de *imaginar* uma sociedade futura conciliada com o devir temporal. A narrativa proposta revelou-se mais consolidada e convincente, capaz de interpretar de forma mais adequada as contradições sociais características daquele final de século.

Uma segunda linha de fratura importante revelou-se no seio da II Internacional. Acompanhando o desenvolvimento industrial, os movimentos operários tinham crescido muito, assim como os movimentos sindicais e partidários. A ideia da organização da *vida comum* em torno de pequenas comunidades de produtores, que alimentara os ideais anarquistas, perdera força, surgindo no centro do debate uma outra oposição, a que separava a intransigência revolucionária das correntes reformistas. A diferença fundamental não estava no modo como se imaginava a sociedade futura mas antes no modo de a alcançar. Se os marxistas aceitavam participar em eleições e na atividade parlamentar, faziam-no apenas como forma de pressão legislativa e propaganda, sem abandonar a convicção que seria pela revolução que a transformação social e política desejada se faria. Com o sufrágio universal, confiantes na força eleitoral de um operariado crescente, socialistas como Kautsky e Bernstein entendem, por outro lado, que o poder podia ser conquistado pela via eleitoral.

Podemos cruzar estas duas linhas de fratura que marcaram a história dos movimentos operários de forma a sublinhar focos de debate que hoje permanecem relevantes. Um desses focos é o do *papel do Estado*, desde a sua rejeição pelos anarquistas à sua conquista, ora por via revolucionária ora por via eleitoral (Hardt & Negri, 2004: 247). Um outro foco é o das *fronteiras* que separam os grupos sociais, alimentando a ideia de comunidade, mas também demarcando classe ou distinguindo nações. Finalmente, um terceiro foco que me parece importante, é o do nível de *conformação das propostas políticas à realidade*, ou seja, o nível de aceitação e de cedência traduzido na substituição da *utopia* pelo *pragmatismo* (Judt, 2010).

O último destes aspetos ajuda-nos a perceber a mudança de paradigma referido acima. O sucesso de um paradigma, aquilo que o torna dominante e depois hegemónico, resulta da sua capacidade de se projetar como a *melhor das opções*, senão mesmo, como hoje é claro, a *única opção disponível* (Foucault, 1979:14; Santos, 2006). Deste ponto de vista, qualquer paradigma exige um certo nível de consenso para se afirmar, daqui resultando que os modelos políticos são concorrenciais apenas até um certo ponto. Circunstâncias várias podem remeter os modelos alternativos para a esfera da impossibilidade quando não para o impensável. No plano analítico, os momentos de viragem assumem, por isso, especial relevância. Perceber o que leva à cedência de um modelo e ao seu desgaste irreparável, é penetrar no amago dessa mecânica complexa que governa a *imaginação da vida comum*. Quando olhamos o tempo presente e delineamos os valores e as representações que o enformam, facilmente traçamos o confronto entre o *consenso keynesiano*, que marcou o pós-guerra, e o *consenso neoliberal* que se vem afirmando desde a década de 80. O primeiro, vai desde os adeptos do *New Deal* aos teóricos alemães ocidentais do «mercado social», do Partido

Trabalhista britânico no poder ao planeamento económico que deu forma à política pública na França, ou seja, define um consenso em torno do papel regulador do Estado. Quanto ao segundo, que tem uma raiz doutrinária nas soluções económicas apuradas no chamado *consenso de Washington*, assenta, justamente, na desconfiança face ao Estado e aos seus poderes regulatórios, cuja rejeição se faz através da privatização dos serviços públicos, forte liberalização económica com especial incidência nos direitos do trabalho e na estabilização financeira assente numa distribuição assumidamente desigual do rendimento nacional.

Da afirmação deste novo paradigma resultam várias consequências, tanto no plano doutrinário, quer dizer, no entendimento teórico das relações sociais e económicas, quanto no plano prático, quer dizer, no modo como as pessoas vivem quotidianamente. E neste ponto que entro na segunda parte da minha comunicação, na qual procurarei dar conta do modo como a hegemonização deste modelo vem produzindo efeitos sensíveis tanto no plano da teoria política quanto no modo como as ciências sociais vêm produzindo conhecimento.

Interessa-me considerar, em primeiro lugar, o esvaziamento ou absorção das forças políticas associadas à social-democracia, um fenómeno que ajudou à aceitação das profundas alterações das políticas públicas que vivemos nos últimos anos. Pretendo argumentar, neste ponto, que esta deslocação do eixo político, que leva do *consenso social-democrata* ao *consenso neoliberal*, se deve em boa medida ao modo como a esquerda não foi capaz de renovar a sua narrativa política de modo a acomodar um conjunto de fatores decorrentes dos processos de globalização. Recupero as linhas de fratura que marcaram o crescimento da esquerda e a que atrás aludi. A questão do papel do Estado e da relevância das pequenas comunidades, tal como foi colocada pelos anarquistas na 1ª Internacional, recuperou sentido com o incremento da globalização. Se nos centrarmos na Europa, as sociedades pós-coloniais evidenciaram o desfasamento entre o ideal político do Estado-nação etnicamente homogéneo, tal como foi imaginado na viragem do século XIX para o XX, e o multiculturalismo real que caracteriza as metrópoles europeias (Sen, 2006). Na entrada do último quartel do século XX, quando o crescimento económico começou a vacilar, começaram a colocar-se novos desafios, não propriamente no plano da integração das minorias, pois essa não era uma dificuldade nova, mas sim em consequência da crescente afirmação das identidades subalternas. A ideia de um Estado integrador e unificador pareceu subitamente ser insuficiente ou inapropriada, o mesmo se passando, de resto, com outra categoria fundamental do pensamento de esquerda, como as «classes». Resultou daqui a prevalência das ideias de *comunidade* e de *identidade*, o que afastou a esquerda dos princípios universalistas que foram matriciais na constituição do pensamento político que a fundou (Hobsbawm, 1996: 343). A crescente fragmentação dos grupos sociais empurrou a esquerda para um terreno difuso, envolvendo-a nas *políticas de identidade* e nas chamadas *causas fraturantes*.

Também a outra linha de rutura, a que separou marxistas e reformistas na 2ª Internacional, reencontrou um novo sentido no presente. O sucesso da linha reformista, afirmado pelo consenso social-democrata do pós-guerra, parece ter encontrado uma espécie de limite de crescimento. Se é certo que algumas das fontes em que beberá o pensamento neoliberal estavam já disponíveis no pós guerra, nomeadamente através dos trabalhos de autores como Hayek ou Schumpeter, a verdade é que é apenas na década de 1980 que estão criadas as condições para tornar credível a ideia da falência dos modelos políticos assentes no *Estado Social*. Foram vários os fatores que para isso contribuíram, mas para o que aqui importa o fundamental é perceber esta mudança de perceção: a ideia de um Estado corretor, responsável pela redistribuição da riqueza de forma a criar sociedades cada vez mais igualitárias, cedia passo à ideia do Estado como obstáculo a uma liberdade individual que só podia nascer de um mercado livre e auto regulado. A esquerda, pelo menos a esquerda que tivera ou ambicionava ter tarefas de governação, absorveu alguns destes valores, dando maior peso à ideia da liberdade individual que à virtude de uma regulação que começara a parecer perigosamente coletivista. Desta forma, os partidos europeus da família social-democrata, herdeiros do já longínquo reformismo de Kautsky e Bernstein, substituíram a utopia de uma *sociedade nova* pelo pragmatismo da *sociedade possível*, acabando por aceitar a ideia de que não há alternativa a essa *sociedade possível*.

Chego desta forma à parte final da minha comunicação, para me centrar naquela que é a componente que de certa forma mais releva da nossa atividade académica e científica. Falo do modo como as ciências sociais se vêm posicionando no quadro do debate político, aqui entendido no sentido que referi logo no começo, ou seja, enquanto espaço de elaboração de consensos e de afirmação de dissensos acerca da *vida comum*. Do meu ponto de vista há a considerar dois aspetos distintos ainda que convergentes. O primeiro diz respeito ao modo como a especialização científica fragmentou o campo de conhecimento, dificultando a emergência de teorias integradas dos sistemas sociais. Nas últimas décadas fomos ensinados a olhar para propostas integradoras, como a ideia de *complexidade* de Morin, por exemplo, como demasiado difusas ou desnecessariamente ambiciosas, em todo o caso como inaproveitáveis. Talvez esteja na hora revisitarmos algumas dessas propostas com olhar renovado. As fronteiras disciplinares têm a mesma natureza que quaisquer outras fronteiras (Cunha, 2007). Isto quer dizer, convocando Bourdieu (1989), que separam do mesmo modo que unem, mas sobretudo que ordenam e classificam em função de uma vontade soberana. Neste sentido, elas demarcam mas também hierarquizam, o que nos conduz ao segundo aspeto desta questão, exatamente o da hierarquização dos saberes e o modo como essa hierarquização condiciona a interpretação legítima do mundo ou, sendo mais específico, dos sistemas sociais.

Resulta hoje evidente para muitos especialistas que a economia se tornou a mais importante das ciências sociais. A sua importância simbólica pode ser evocada no facto de ser, desde 1969, a única ciência social a que é atribuído um Nobel, mas existem, naturalmente, toda uma série de fatores que ajudam a explicar o seu sucesso. Desde logo a sua suposta capacidade preditiva, entenda-se a capacidade de antecipar o futuro de forma a nele intervir, mas também a crescente matematização associada à sua prática, o que reforça a ideia de rigor e objetividade (Neiburg, 2007: 121). É sustentada neste suposto rigor e objetividade que a ação política convoca a economia, fazendo dela expressão da *realidade* em contraponto à *ideologia*. Do lado da economia, esta posição de destaque é uma conquista de que não abdica facilmente, procurando restringir o acesso ao campo a oficiais devidamente credenciados, argumentando que o conhecimento económico obedece a uma tecnologia complexa apenas acessível aos profissionais da área. Às ciências sociais compete abrir outros planos de debate, desde logo contestando o monopólio das *coisas económicas* pela economia política. Sem dúvida que algo vem sendo feito, sobretudo nos últimos anos – um autor como Michel Wieviorka, por exemplo, coordenou em 2010 uma obra coletiva dedicada ao dinheiro, enquanto um economista como André Orléan (2005) sente necessidade de confrontar a «Nova Sociologia Económica», que remete para o pensamento do sociólogo americano Mark Granovatter, com o ideal de conjugação de economia e sociologia, concedendo que a *objetividade* deve ser pensada como construção social e não como um facto da natureza. Também no campo da antropologia as focalizações clássicas, por exemplo a que se definiu a partir de Polanyi (1957), entre moedas que têm um uso específico e moedas para usos múltiplos, parecem estar em revisão. A consideração da relação entre economia erudita e economia ordinária, como é tentada por Florence Weber (2002) ou por Federico Neiburg (2007), implica abordar os factos monetários das economias modernas com os instrumentos usados por economistas, o que implica um atravessamento de campos de saber e correspondente diluição de fronteiras.

Talvez as ciências sociais tenham perdido alguma da sua disponibilidade para se *implicarem* verdadeiramente na ação, para olharem criticamente a realidade social de que são parte. Esta neutralização do potencial crítico deve ser, ela própria, parte da reflexão que devemos fazer acerca do lugar subalterno para que vimos sendo remetidos na repartição dos saberes. Dizendo de outra forma, essa subalternidade, que é também uma rejeição do potencial crítico das ciências sociais, faz parte do processo de afirmação de uma vontade soberana que transporta consigo a *imaginação da vida comum* que vem marcado o nosso quotidiano nos últimos anos sem que nada se lhe oponha verdadeiramente. As ciências sociais podem e devem contribuir para que essa vontade de cerco e de fechamento se altere.



## Referências

- Araujo, Octavio Rodríguez (2006), *Esquerdas e Esquerdismo: Da Primeira Internacional a Porto Alegre*, Porto, Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Cunha, Luís (2007), “Fronteras”, In Barañano, Ascensión & Garcia Garcia, José Luís (dir.), *Diccionario de Relaciones Interculturales. Diversidad y Globalización*, Madrid, Universidad Complutense, pp. 147-157.
- Fidalgo, Paulo (2008), *Controvérsias à Esquerda*, Porto, Campo das Letras.
- Foucault, Michel (1966), *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, São Paulo, Martins Fontes, Editora, 1985.
- Foucault, Michel (1979), *A Microfísica do Poder*, São Paulo, Graal.
- Hardt, Michael & Negri, Antonio (2004), *Multidão. Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto, Campo das Letras, 2005.
- Hobsbawm, Eric (1996), “A política da identidade e a esquerda”, In Dias, B. P. & Neves, J. (coord.) (2010), *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 341-354.
- Judt, Tony (2010), *Um Tratado Sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*, Lisboa, Edições 70.
- Mannheim, Karl (1936), *Ideologia y Utopia*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1997.
- Neiburg, Federico (2007), As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro, *Mana*, 13(1), pp. 119-151.
- Orléan, André (2005), “La sociologie économique et la question de l’unité des sciences sociales”, *L’Année Sociologique*, 55: 279-305.
- Polanyi (1957), *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*, Boston, MacIver.
- Santos, João de Almeida, (2006), “Hegemonia: o primado do consenso na teoria política de Gramsci”, In Neves, José (org), *Da Gaveta Para Fora. Ensaios sobre Marxistas*, Porto, Afrontamento, pp. 79-107.
- Sen, Amartya (2006), *Identidade e Violência. A Ilusão do Destino*, Lisboa, Tinta da China, 2007.
- Weber, Florence (2002), Práticas económicas e formas ordinárias de cálculo, *Mana*, 8(2), pp. 151-182.
- Wieviorka, M. (dir.) (2010), *L’Argent*, Auxerre, Sciences Humaines Éditions.